

A IMPOSSÍVEL COERÊNCIA
UM LIBERAL DO SÉCULO XIX: JOÃO FRANCISCO LISBOA

Maria de Lourdes Monaco Janotti (*)

ABSTRACT

The historiography of the nineteenth century represents an important means for the understanding of liberal thoughts in Brazil.

From the contradiction between ideas and the politics of the Empire, historical interpretations developed and these see the past as a battle between freedom and oppression and this continues until the present. This policy was neither isolated nor preponderant.

What we mean by an historiographic analysis, is the liberal thought of the author's social group.

A historiografia e o jornalismo no século XIX atraíram os intelectuais como forma de expressão próprias para os debates político-culturais. Na segunda metade do século, tanto nas Províncias quanto no Rio de Janeiro, encetam-se discussões das teses liberais, numa viva representação dos problemas candentes do momento político. O historiador, político e jornalista João Francisco Lisboa pode ser visto como um exemplo dessa geração ⁽¹⁾.

Nasceu em 1812 em Pirapemas, no Maranhão, de uma família tradicional empobrecida, ligada à agricultura local. Cedo dedicou-se ao jornalismo, estreando como redator do *Farol Maranhense* (outubro de 1832 a setembro de 1833). Neste jornal ataca os excessos dos partidos, embora fosse simpatizante dos exaltados.

Após breve afastamento do jornalismo, volta e publica o *Eco do Norte* (julho de 1834 a novembro de 1836), que arregimenta desde logo a facção mais importante da Província da qual se torna porta-voz. Este período parece ter sido decisivo para que Lisboa alcançasse proeminên-

(*) Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(1) *Obras completas de João Francisco Lisboa*, Editores Antonio Henriques Leal e Luiz Carlos Pereira de Castro, São Luís, Tip. B. de Mattos, 1864/1865; *Obras completas de João Francisco Lisboa*, Reedição da de São Luís, com uma apreciação crítica de Teófilo Braga, Lisboa, Tip. Mattos Moreira & Pinheiro, 1901 (as citações deste trabalho referem-se à reedição de 1901).

cia no partido liberal maranhense: eleito para a primeira legislatura da Assembléa Provincial (1834-1837) ⁽²⁾, tornou-se secretário de governo (1835-1838) e reelegeu-se para a segunda legislatura (1838-1841). Tão intensa atividade política obrigou-o a encerrar a publicação do *Eco do Norte*.

A renúncia de Feijó à Regência desencadeou agitações na Província. De volta ao poder, os conservadores praticam uma série violenta de represálias contra os liberais. João Lisboa retorna ao jornalismo com a *Crônica Maranhense* (1838-1840), escrevendo artigos inflamados contra o governo. Desfechada a Balaiada, é acusado pelos cabanos de estar mancomunado com os chefes da revolta, defendendo-se na ocasião pela imprensa.

Em 1842, havendo no partido liberal maranhense uma cisão, os dissidentes editam novamente o *Eco do Norte*, onde Lisboa, sob o pseudônimo de Zumbido, escreve "Os Retratos", artigos mordazes e espirituosos em que critica os políticos da época e os costumes, criando personagens facilmente identificáveis com as autoridades locais.

Entretanto, não pôde permanecer afastado da "mesquinha política local" que tanto o seduzia. Em 1847 recusou sua candidatura à Assembléa Geral, mas a aceitou para a Assembléa Provincial, sendo eleito em 1848 pelo partido liberal.

A Revolução Praieira encontrou em Lisboa um ardoroso defensor dos perdedores, tendo proferido famoso discurso (12/11/1849) em favor da anistia.

Além da atividade jornalística, e afastado da política, publica o *Jornal de Timon* em fascículos (1852-1853 e 1858). Obra de difícil classificação pela heterogeneidade de assuntos que contém (crítica de costumes políticos, pequenos ensaios, série histórica sobre a Antigüidade e o Maranhão) ⁽³⁾.

Transfere-se em 1855 para o Rio de Janeiro. Colabora no *Correio Mercantil* (seção do *Foro*), analisando as decisões dos tribunais, e no *Jornal do Comércio* (seção de *Política Geral*).

Sempre se interessou pela História, tendo pesquisado no Maranhão os documentos disponíveis e lido os antigos cronistas. Devido a esta atividade, tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, correspondendo-se com Varnhagen.

(2) Foi eleito com 108 votos, sendo o primeiro sufragado José Miguel Pereira Cardoso, com 164 votos. *O Publicador Oficial*, n. 322, 17/01/1835. Maranhão, Tip. Constitucional.

(3) A publicação foi mensal pelo período de cinco meses, durante o ano de 1852. Em 1853 foram publicados, em um só volume, os números de 6 a 10. Depois de longa interrupção saíram em Lisboa, em 1858, também em um só volume, os números 11 e 12.

Em 1856 é encarregado pelo governo brasileiro de substituir Gonçalves Dias na missão de coligir documentos brasileiros nos arquivos europeus.

Publicou em 1858 o 11.º e 12.º fascículo do *Jornal de Timon*, nos quais completa e modifica a história do Maranhão iniciada nos números anteriores, e em 1862 a biografia de Odorico Mendes ⁽⁴⁾.

Preparou também os originais da vida do Pe. Antonio Vieira, obra publicada postumamente, em virtude de seu falecimento em 26 de abril de 1863, em Lisboa.

Nesta rápida informação biográfica convém salientar o longo esquecimento a que foi relegado João Lisboa: atestam-no as poucas edições de sua obra.

Numa época em que Varnhagen pontifica na historiografia brasileira, Lisboa é visto apenas como um historiador de província, autor de obra fragmentária sobre o passado colonial. Da mesma forma, o jornalista maranhense transfere-se tardiamente para o Rio de Janeiro, encontrando dificuldades em integrar os quadros mais combativos do jornalismo político.

Atualmente, entretanto, vem sendo apontado como importante pensador liberal. Suas críticas à situação política, seus escritos históricos alcançam significativo interesse para a compreensão das idéias dos fins do século XIX.

O crítico João Alexandre Barbosa, valorizando o sentido de sua obra, afirma: "Se o autor alcança as dimensões do geral, isto não se faz puramente em abstrato: as suas generalizações são sempre referidas a um transfundo de realidade cotidiana vivida e lucidamente experimentada" ⁽⁵⁾.

Não se encontra com facilidade nos historiadores brasileiros do século XIX tal característica. João Lisboa revela seus sentimentos por inteiro, colocando-se sempre face ao desafio entre a experiência e a teoria numa posição profundamente realista.

A concepção do autor sobre Estado e Sociedade só pode ser compreendida estabelecendo-se dois polos de referência: a situação do país e a prática política por ele vivenciada no Maranhão. De início, entusiasmado pela regência de Feijó, acreditava na construção do Estado brasileiro a partir do ideal liberal de governo representativo. Fiel à idéia da força moral da Constituição, constrói em torno dela a defesa do indefensável, não vendo em Feijó um goplista e valorizando o Ato Adicional como

(4) "Biografia de Manuel de Odorico Mendes". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 38, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1875.

(5) *João Francisco Lisboa: Trechos Escolhidos*. Col. Nossos Clássicos, n. 94, Rio de Janeiro, Livraria Agir, 1967, pág. 10.

aquele que propiciaria a autonomia provincial e a tomada do poder pelos brasileiros, tese estas aprovadas pelo seu partido.

Com a queda de Feijó, a província mergulha em longo período de domínio dos partidários do regresso, e as perseguições sucessivas sofridas pelos liberais são conduzidas pela política de centralização. É um movimento que impõe ao pensador uma reformulação de posições.

Desiludido da força das idéias, em um país onde a “arbitrariedade e o desrespeito à lei são uma constante”, dedica-se à denúncia do Estado autoritário em oposição às liberdades individuais. A ilegalidade dos atos públicos torna-se o seu tema freqüente na *Crônica Maranhense*. A eclosão da Balaiada, vista por ele nesse contexto, significa a Sociedade sufocada pelo arbítrio reagindo violentamente.

O desenvolvimento da revolta envolveu camadas sociais dominadas, como escravos quilombados, índios, boiadeiros que escapavam às ordens dos chefes políticos liberais em armas. Ante à perspectiva do desencadeamento de uma revolução social, passa a aceitar a repressão como necessária à ordem e à garantia da propriedade.

No n.º 1 da *Crônica Maranhense* expressa a sua opinião sobre a situação em que estava o país: “Resumamos as nossas idéias. O estado atual do Brasil posto seja bem triste e desagradável, pode-se ainda tolerar: o despotismo das autoridades e partidos atuais, mais ou menos contidos pelas leis, é, sem dúvida alguma, preferível ao despotismo atroz que hão de exercer os chefes e partidos revolucionários... Finalmente, com a destruição do atual sistema, sobretudo por meios violentos, abriremos diques à mais feroz anarquia, e depois dela, ao despotismo ignóbil, bárbaro dos chefes militares que ordinariamente sucedem aos demagogos” (6).

Segue-se à Balaiada um longo período de silêncio, interrompido em 1849 pelo discurso a favor da anistia aos praiheiros. Toda a sua reflexão sobre este período será divulgada pelos seus escritos no *Jornal de Timon* sobre “Partidos e Eleições” publicados nos fascículos de n.º 1 a 10 em 1852 e 1853.

A época do quinquênio liberal (de 1844 a 1848), agitada por toda sorte de incoerências ideológicas e partidárias, e pela falência das teses liberais e das ilusões de reformas imediatas, influi na obra de Lisboa, levando-o a desacreditar do processo eleitoral e da “classe política”, ampliando a sua crítica a toda sociedade. Sua linguagem torna-se a de um conservador postulando pelo fortalecimento do poder moderador.

Contraditoriamente, inicia a publicação dos “Apontamentos para a História do Maranhão”, onde sua preocupação fundamental reside na luta entre estado absolutista e a liberdade dos colonos.

(6) Apud Antonio Henriques Leal — *Pantheon Maranhense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873/1875, pág. XXVII.

Enquanto a sua postura “conservadora” é fruto circunstancial de um momento político, o seu trabalho histórico exprime com maior profundidade suas convicções liberais.

Para chegar-se a uma síntese representativa de suas idéias sobre Estado e Sociedade convém surpreendê-las em dois planos: no discurso político e no discurso histórico.

Ao escrever a *História das Eleições*, da antigüidade até os seus dias, a fim de preparar deliberadamente o leitor para o assunto principal do seu trabalho — *Partidos e Eleições no Maranhão* —, não se furta Lisboa em expressar suas simpatias, embora não de todo entusiásticas, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos: “Nos tempos modernos, a Inglaterra é a nação onde o sistema representativo e eletivo vingou e dura há mais tempo. (...) Refinado e purificado pelas revoluções e pelas conquistas da ciência e inteligência humana. É também o único povo, como o americano que dele deriva, onde esta forma governativa, gerando ou simplesmente favorecendo a prosperidade, a glória e a liberdade da nação, se tenha radicado de um modo seguro e estável”. (7).

Demonstra que vislumbra o relacionamento existente entre os planos político-econômico-social, mas simplifica a explicação dessa estrutura. Enfaticamente, admite a preponderância do fator político e seu papel determinante dos fatores econômicos e sociais.

A sua *História das Eleições* é só na aparência um relato cronológico. Em profundidade, constata-se que o único critério que orientou a seleção dos temas tratados foi a justificativa de uma posição aprioristicamente assumida, a de que o sistema representativo não ofereceu jamais condições positivas para melhor realização dos sistemas políticos, pois os homens de valor são totalmente anulados dentro do processo eleitoral que não encontrou ainda uma fórmula ideal de selecionar os eleitores e candidatos.

Deixando consideráveis e importantes conquistas do sistema representativo sem serem tratadas, selecionando os episódios onde os vícios e a corrupção saíram vencedores, enfatizando e comparando acontecimentos de épocas históricas totalmente diferentes, demonstra claramente que possui do mundo e da História uma visão ética e cíclica.

Quanto à política nacional, em um plano mais particularizado, considera o presidente o centro da política provincial e o responsabiliza, se bem que não totalmente, pelo que se passa com os partidos políticos locais. As eleições se constituem no momento principal da política, onde as tensões, expectativas, conluios e manobras se exacerbam e se objetivam em ação imoral; é a ocasião em que o presidente se revela: “Seja que o presidente pleiteie de conta própria a sua candidatura pessoal, seja que tenha ajustado na Corte desempenhar uma empreitada eleitoral completa,

(7) In *Obras de João Francisco Lisboa*, Lisboa, Mattos Moreira & Pinheiro, 1901, vol. I, pág. 57.

na convenção que lhe é mister fazer com os partidos, vai expressa ou implicitamente sacrificada a um tempo a liberdade do povo e a do poder. A do povo, ou pelo menos a do partido que toma o nome de povo, na preterição dos homens de algum mérito ou serviços que possa ter a província, para se abrir espaço ao nome do presidente e de outros que patrocina, tão obscuros e nulos como o seu. A do presidente, porque ele se identifica com o partido que adota, esposa todos os seus ódios e afeições, não vê senão pelos seus olhos, previne todos os seus desejos, e dobra-se aos seus menores caprichos. O único pensamento que o domina é o da eleição; absorvido por este grande cuidado, todos os seus outros deveres são transcurados..." (8).

Ao focalizar o tema das eleições, dá-nos expressivo testemunho sobre a vida política.

Percebe-se que privilegia o executivo idealizando-o como uma força autônoma que deve pairar acima dos partidos.

João Francisco Lisboa oferece uma visão totalmente desalentadora dos responsáveis pela vida política do país. Glosando os políticos, ele, às vezes, se esquece do plano que escolheu (observador frio e irônico) e torna-se agressivamente participante do seu relato: "A par da estupidez, marcha feliz, descarada e avante, a corrupção e a imoralidade; e pode-se sem exageração dizer que não há imundície e podridão que os nossos enxurros eleitorais não tenham trazido à superfície da sociedade" (9).

Considera sua época como de grande desorganização social, onde o princípio da autoridade não mais existe, em virtude do descrédito que os administradores corruptos granjearam junto à população pelo seu total desinteresse pelo bem comum.

A situação social é para o autor um reflexo da situação política, daí a impossibilidade teórica de serem analisadas isoladamente. Se ao estado compete dirigir a sociedade, à opinião pública compete exercer a crítica do governo: "No nosso moderno sistema representativo, ou o governo se denomina república, ou monarquia constitucional, o povo, não a multidão ou totalidade dos habitantes de um país, mas o povo depurado e qualificado pelos haveres, pela idade, pelo domicílio, ou já simplesmente certas classes do povo, mais graduadas pelas riquezas, pelos cargos ou profissões, uma vez feita a escolha dos seus representantes ou procuradores, fica inteiramente apartado da direção dos negócios públicos; nem mais exerce sobre eles outra influência que a da opinião, influência é certo, colossal e irresistível, e o primeiro poder das sociedades bem organizadas, depois da invenção da imprensa e dos jornais, contanto que alcance, como na Inglaterra, modelar-se pela própria sabedoria" (10).

(8) *Idem*, *ibidem*, pág. 174.

(9) *Idem*, *ibidem*, pág. 167.

(10) *Idem*, *ibidem*, pág. 9.

Supervaloriza a força da imprensa e da opinião pública para o controle político, mas evidencia sua impraticabilidade no país.

O que define a sociedade, para Lisboa, é fundamentalmente o comportamento que os grupos sociais adotam face a uma atividade política determinada, expressa nas eleições, onde os votos não visam interesses patrióticos, mas se inserem na política de favores.

Lê-se no *Jornal de Timon*: “A par da indiferença, apatia e abstenção das massas da população para os misteres da vida pública, civil e política, mostra-se o mal contrário na camada superior da mesma população que preterindo todas as mais profissões, não procura meios de vida senão na carreira dos empregos, não tem outro entretenimento que a luta e agitação dos partidos, outro estudo que o da ciência política, sendo tudo bem depressa arrastado pelo impulso cego das paixões para os últimos limites da exageração e do abuso. E porque as classes superiores são as que dirigem a sociedade, e a classe dos políticos supere entre nós todas as outras, suprindo o número, pelo ruído que faz, a posição elevada que ocupa, é ela quem dá o tom de verniz exterior à nossa sociedade, e lhe faz tomar as aparências de um povo exclusivamente dado à política e aos meneios, fraudes e torpezas eleitorais, quando a verdade é que o grosso da população, se nisso tem crime, é pela indiferença, antes conivência, com que contempla os abusos e escândalos da imperceptível, mas inquieta e turbulenta minoria. Em resumo: exuberância de vida política, tumulto, agitação, ardor febril, e paixões amotinadas numa pequena parte da população — silêncio, abandono, indiferença, ausência quase absoluta de vida, na outra parte que constitui a grande maioria” (11).

Nota-se nestes pensamentos que sua interpretação da sociedade admite uma distinção entre classes superiores, classe dos políticos, e massa da população. Engloba os políticos na classe superior, mas como um grupo definido, mais atuantes e sobre o qual faz recair as maiores responsabilidades sociais.

Quanto às massas populares “indiferentes”, qual seria uma outra atitude que lhes fosse possível adotar? Lisboa possuía elementos para constatar a impossibilidade de a maioria da população assumir outra atuação, mas não o fez, porque limitou-se a ver a sociedade como um reflexo dos dirigentes políticos, sem aprofundar suas ligações com as classes superiores. Não se deteve em qualificar de outra forma, senão segundo atitudes de indiferença, as várias “classes” em que se dividia a população e demonstrou mais uma vez, que as soluções para os problemas sociais residiam na moralização dos costumes políticos.

Denuncia que os jovens das classes superiores, ao invés de se prepararem para exercer condignamente a carreira pública, não se armavam

(11) Idem, *ibidem*, pág. 180.

nem dos ensinamentos, nem das virtudes necessárias para tal mister; antes iniciavam-se na corrupção, na intemperança, na ociosidade e outros vícios que lhes valiam muito na missão de galgar as posições almeçadas. Doía-lhe, como intelectual, submeter-se à ignorância.

A sua visão da sociedade limita-se, quase exclusivamente, ao aspecto ético, mas seria enganoso admitir que visse uma solução que não fosse compatível com a situação estabelecida. Para tantos males acredita em dois tipos de solução; um de ordem natural e outro de ordem política. Vê, na ordem natural das coisas, a impossibilidade da sociedade ser governada sempre pelos maus, enquanto na ordem política aponta como salvação o trono, que deve assumir uma missão moralizadora, cercado de homens competentes e dando o exemplo necessário ao país.

A pergunta natural que brota de tais propostas de natureza ética refere-se ao papel da escravidão na sociedade e, sendo ela a base econômica do sistema, qual seria a visão de um liberal a seu respeito?

Pode-se aferir suas idéias sobre a escravidão, pelo que escreveu na *Crônica Maranhense*, de 7 de junho de 1840. A propósito de vários projetos de Joaquim José Sequeira que tinham como objetivo introduzir no Maranhão colonos livres a fim de melhorar a agricultura e a indústria da região, João Francisco Lisboa comenta e defende estas intenções.

Reconhece que “qualquer homem de mediana instrução” concordaria com estes projetos, mas que a ocasião não era propícia à sua execução devido à luta civil. Considera a escravidão um agente corruptor da sociedade ao afirmar: “Assaz bárbaro se ostenta o aspecto das nossas cidades, atulhadas de uma população escrava, meio nua dos corpos, e ainda mais despida de sentimentos morais, cujo contato incessante serve espantosamente, e em todos os sentidos à corrupção e atraso das classes superiores”

Não reconhece Lisboa que são as classes superiores que dentro do regime escravocrata, criam condições para a degradação dos escravos.

É partidário da substituição paulatina do trabalho escravo pelo trabalho livre que haveria de amenizar os hábitos, tanto da roça como das cidades e introduzir novas técnicas de plantio que não esgotassem o solo, que assim se apresentava. Porque “as lágrimas do escravo esterilizam o chão que regam”, como o dissera um poeta nacional.

Ataca aqueles que ainda defendem o tráfico de negros como solução da crise agrícola: “esse tráfico infame de carne humana, tão contrário a todas as regras da moral, tão pernicioso e tão perigoso ao Brasil”.

Revela-se contrário à opinião de que os africanos podiam enfrentar os rigores do clima e manter um trabalho contínuo na agricultura, considerando que os decantados “efeitos mortíficos” da região seriam perfeitamente superados pelos novos métodos de trabalho, como a utilização do arado e a introdução do cultivo do café. A colonização livre, além

de dar importante impulso à indústria, melhoraria sensivelmente a nossa condição social, purificando as raças e os costumes.

Assume uma atitude filantrópica sobre a questão, incluindo-se no compacto grupo que preconizava a extinção gradual da escravidão.

Como moralista, faz críticas ao comportamento de todas as classes sociais indistintamente, mas não propõe nenhuma modificação que altere os hábitos que tanto condena. Seu realismo ao interpretar sua época impediu-o de tornar-se um utopista e lhe determinou este caráter de falsa “misanthropia”, que disfarça sua impossibilidade de assumir uma atitude ideológica em desacordo com a da classe dominante.

Em relação às “camadas superiores” da sociedade, não faz uma crítica de caráter genérico, como a fez às “camadas inferiores” e aos escravos: irá prender-se à análise do comportamento de representantes desse grupo em relação aos papéis que pretendem desempenhar na vida pública. A grande contradição do *Jornal de Timon* reside no fato dele se constituir, essencialmente, numa vasta crítica de uma sociedade dominada por proprietários de terras e não chegar a reconhecer as implicações dessa evidência.

Examinadas as idéias principais de seu discurso político, resta a análise de seu discurso histórico.

O historiador reflete em sua obra os seus íntimos pensamentos sobre todas as questões que preocupam o seu meio social, o que demonstra que todo livro de história está em compromisso com as respostas que seu autor deu aos reclamos do presente. Do comportamento do historiador diante de um fato contemporâneo, do seu julgamento e da sua atitude, chega-se a entender sua posição teórica face à História.

Uma das grandes questões que envolve, sem dúvida alguma, toda a interpretação que o historiador deu ao Maranhão colonial, foi a questão indígena. Embora tenha combatido o indianismo, sua obra é fruto desse mesmo pensamento. A importância que deu ao índio, revelada pelo número de páginas que ao assunto dedicou, o tom polêmico que utilizou, a legislação extensa que reuniu sobre a escravidão, demonstra como a historiografia via no problema da raça vermelha um desafio de posições ideológicas.

Na primeira fase de sua obra, aquela escrita no Maranhão em 1853, considerou verdadeiros os relatos dos cronistas sobre a violência e atrocidades cometidas pelos indígenas. Sua principal preocupação era desmistificar o “bom selvagem”, colocando-se ao lado dos colonos que necessitavam de mão-de-obra.

A legislação que regulava as relações entre os portugueses e os indígenas foi vista por Lisboa como favorável ao indígena, que era defendido, principalmente, pela influência da Igreja através dos jesuítas. Não



deixou, é certo, de lembrar o desrespeito dos colonos a essas leis, mas talvez devido à péssima opinião que fazia dos jesuítas, centralizou sua atenção sobre a insinceridade das relações dos missionários com os colonos. A verdadeira questão histórica que o problema apresentava, assume, para ele, um papel secundário. Vê a questão simplesmente como um recurso dos jesuítas para conseguirem predominância temporal na Colônia.

Entretanto, na segunda fase de seu trabalho, publicada em 1858, modifica suas posições anteriores. Reconhece ter sido levado pelo combate às exagerações dos indianistas românticos. Todavia, vê-se, agora, obrigado a admitir as contradições da legislação relacionada com a escravidão, o exagero dos cronistas quanto ao número dos crimes atribuídos aos índios e à omissão em registrar a atitude desleal dos colonos para com eles, como demonstram inúmeros documentos da época. Para o historiador maranhense, a questão indígena passou igualmente a ser vista através de um prisma moral.

Considera injustificável a tese de que o Brasil não poderia civilizar-se sem a escravidão do índio e não admite que se convertam populações ao catolicismo por meio da guerra.

Admitir a escravidão do índio e do africano na época colonial é admiti-la no presente. Não reconhece nenhum princípio que justifique a escravidão, no presente ou no passado, porque ela é contrária à natureza humana.

Outra questão evidenciada em seu discurso histórico é a oposição entre o absolutismo, que preside o sistema colonial, e a necessidade de liberdade do colono.

A interpretação que o historiador deu à revolta de Beckman está intimamente vinculada às diferenças que estabeleceu entre os representantes do sistema colonial e o povo subjogado. Paradoxalmente, ao referir-se às reivindicações dos amotinados quanto ao direito de apresar índios, considera-as parte da luta pela defesa do direito adquirido, que os colonos enfrentam com o sistema metropolitano opressor. Reabilitando Beckman e considerando sua revolução plenamente justificada, identifica-se com as correntes nacionalistas e românticas de sua época que, sem os exageros do indianismo, viam no português comum, isto é, no simples colono, o fundador da nacionalidade brasileira.

Vê, portanto, no movimento, uma legítima contestação do absolutismo monárquico, uma luta da liberdade contra a opressão, o início da separação entre os portugueses da metrópole e os da Colônia, dos quais “os brasileiros atuais, e pelo menos a parte esclarecida, rica e preponderante da nação, — os que pensamos, escrevemos, analisamos e sentenciamos o passado, somos descendentes, não dos oprimidos, senão dos opressores”⁽¹²⁾.

(12) Idem, vol. II, pág. 81.

Procurou mostrar o drama do homem simples, dos índios e africanos, que eram a “massa popular” da época. Em sua obra histórica manteve o tom liberal de sua vida jornalística. Tentou fazer história dos dominados da forma que lhe era possível, sem dúvida com falhas, mas dentro da perspectiva da historiografia de sua época, sua posição foi renovadora.

Rastreando a idéia de revolução do autor, mostra-se conveniente comparar sua interpretação sobre o movimento de 1684 com as explicações que apresentou para a Balaiada e a Praieira, acontecimentos que presenciou e participou, direta ou indiretamente.

Analisando os conceitos de Lisboa sobre a Balaiada e a Praieira, nota-se uma grande diferença no julgamento que faz das duas “revoluções”. No primeiro caso é mostrada como crime — desculpável em parte, pelos abusos do governo — e no segundo, como uma luta pelo direito à liberdade de opinião.

Considera o direito revolucionário legítimo e inalienável, constituindo-se, mesmo, num elemento construtivo dentro da História. Mas, seria um erro imaginar que sua concepção tem sentido amplo, pois ressalta aspectos que podem ser considerados restritivos. Primeiramente, afirma que as “revoluções” são “modificações mais ou menos completas no modo de existência de um povo”⁽¹³⁾; logo a seguir, que “às vezes o povo se insurge contra uma forma de governo ou contra constituições, sem que as modificações que pleiteia ameacem a destruição da sociedade”. Indica a existência de revoluções anti-sociais, cujo programa ataca “a propriedade, a família e certas crenças e princípios morais e religiosos arraigados em todos os povos”⁽¹⁴⁾.

A causa de ambas revoluções foi a violência e o arbítrio do governo que cedeu e acobertou a vingança do partido conservador.

No caso pernambucano, o “miserável estado da nossa sociedade”, que pelo abuso do direito de dissolução da assembléia é, constantemente, sacudida por eleições gerais, que nada mais são que “ondas semi-revolucionárias” provocadoras de conflitos. Vencidos nas eleições, os praieiros tomaram as armas para se defender em virtude das perseguições dos vencedores. Percebendo o aspecto dúbio de sua posição, Lisboa acrescenta: “eu não justifico a revolta, mas empenho as minhas forças para que num país em que os crimes mais vis e os mais abomináveis encontram não só indulgência mas patronato público e escandaloso, não se proscruva, por espírito de partido como único crime o de sublevação e revolta. Esforço-me para que os rigores da proscrição se não exerçam sobre cidadãos imprudentes, temerários criminosos mesmo, porém estimáveis a muitos respeito, capazes ainda de juntar novos serviços aos já prestados à sua pátria”⁽¹⁵⁾.

(13) Idem, *ibidem*, pág. 562.

(14) Idem, *ibidem*, pág. 562.

(15) Idem, *ibidem*, pág. 568.

Via na Praieira uma configuração puramente política e por isso legítima.

As razões que desencadearam a Balaiada prendem-se à despótica dominação dos prefeitos, que, inconstitucionalmente nomeados para o comando da guarda nacional do interior da Província, estabeleceram um regime de opressão policial, agravado pelo recrutamento indiscriminado.

Tanto como historiador quanto testemunha da história, os julgamentos de João Lisboa convergem num mesmo sentido: o despotismo do poder é gerador de revoluções. Pensa que as revoluções são justificáveis enquanto defenderem as liberdades fundamentais do homem.

Portanto, a ordem e a prosperidade social dependem do bom desempenho do governo. O estado monárquico é o legítimo detentor do poder no caso brasileiro, cabendo aos seus representantes executivos os desmandos e a irresponsabilidade da política arbitrária.

A favor da monarquia constitucional, mas descrente da prática política, Lisboa confessa em 1849: "Quanto a mim pessoalmente, bem que no caso de escolha forçosa houvesse de optar pelo partido liberal, preferira um ecletismo ilustrado e prudente que conciliasse o que há de melhor nas duas opostas escolas" ⁽¹⁶⁾, isto é, o meio termo entre o regresso e a revolução.

Hierarquizando as idéias de João Lisboa e amalgamando-as, por se constituírem, na verdade, em um único discurso, pode-se afirmar que o polo central a que elas se prendem é o contexto ético político. Esta é a diretriz predominante do pensamento liberal do século XIX, que se reconhece igualmente nas obras de Justiniano José da Rocha, Sales Torres Homem, Tavares Bastos e tantos outros.

Este traço principal está presente conscientemente em sua produção jornalística, teórico-política e historiográfica.

Vê a História como reflexo da luta entre o bem e o mal no seu aspecto cíclico: "...e comparando uns e outros tempos, vendo a pasmosa semelhança com que os fatos se produzem depois do intervalo de uns poucos séculos, talvez venha a concluir que este velho mundo, na sua última decrepitude, torna, aos sestros e desmandos da primeira infância e mocidade" ⁽¹⁷⁾.

Observe-se, ainda, que Lisboa recorre ao passado para explicar as eleições no Maranhão de sua época, não apenas com a intenção de mostrar as origens dessa instituição política, mas também, para demonstrar

(16) Idem, *ibidem*, pág. 560.

(17) Idem, vol. I, pág. 4.

que os homens atuais repetem os mesmos erros do passado. Sua concepção da História envolve a identificação de uma “natureza humana” permanente que tende a insistir na repetição de erros.

João Lisboa estabelece um modelo ético-político baseado no estado monárquico constitucional, na obediência às leis, na lisura do sistema representativo e no princípio de autoridade e progresso. Tal sistema é corrompido pela “classe política” mal preparada e individualista que envolve todas as classes sociais em seu sórdido jogo eleitoral. É levado a diferenciar os maus dos bons políticos, identificando estes últimos aos homens cultos e letrados. A estes caberia orientar a sociedade que, para o autor, passivamente espelha a desorganização política.

Em um regime ideal, a opinião pública tem peso considerável nas decisões; entretanto, não vê no povo ignorante condições de julgar com clareza os governantes. Cabe culpa ao jornalismo oportunista que não cumpre com sua função fundamental: “a de formar a opinião pública”. Faz uma análise pertinente dos costumes políticos, mas não chega a atacar as instituições que os determinam.

Pertenceu a uma geração de intelectuais ligada indissolavelmente ao regime monárquico e às classes dirigentes, que debatia-se nas contradições de uma sociedade escravocrata conservadora que convivia com idéias liberalizantes, colocando-se, constantemente, em choque com seus próprios princípios. Sem forças para enfrentar o desafio que o momento histórico lhes propunha, estes intelectuais situavam-se também no seio de partidos onde procuravam agitar as teses liberais que os inflamavam, mas sempre prendendo-se a seus aspectos mais formais. Ligados a latifundiários, seus escritos não podiam romper com as estruturas do sistema.

As idéias de João Lisboa refletem, em muitos aspectos, esta situação conflituosa do pensamento brasileiro da época: repudiou a escravidão, mas não foi abolicionista; criticou a monarquia e a ironizou em várias ocasiões, mas não foi republicano; dizia-se desiludido dos partidos, mas não se desligou da política; desmerecia os títulos honoríficos, mas os pleiteou; defendeu o direito revolucionário, mas não aderiu à revolução; criticou a “ordem estabelecida”, mas não lutou contra ela.

O tipo de pensamento ao qual pertence o de João Lisboa não foi o mais extremado, mas aquele que, de início exaltado, acomodou-se a uma posição crítica, envolvendo em seus ataques os representantes da opressão e não a própria estrutura econômico-social do regime. Isto não quer dizer que ele não tenha reconhecido a fraqueza ideológica dos partidos de sua época, e que não tenha, especialmente, criticado o partido liberal — ao qual pertenceu durante muito tempo.

Não demonstrou confiança no apoio popular, residindo nesse fato a impossibilidade de desenvolver, até as últimas conseqüências a doutrina

liberal que esposava. Todas essas posições ambíguas são comuns aos ideólogos "liberais" da classe proprietária.

Sempre escreveu com apurado sentido crítico e, apesar de não definir nem compreender a participação popular no processo político, como jornalista da Balaiada e historiador, sensibilizou-se com as dificuldades do "homem do povo".

O pensamento de João Lisboa é um exemplo das contradições e da busca constante de uma impossível coerência, que caracterizou o liberalismo brasileiro do século XIX.